

União Económica e Monetária

TAN

2025/2026

Grelha de correcção

I. De forma sucinta, caracterize três dos seguintes conceitos

1. Zona Monetária Ótima

Conceito económico que identifica as condições em que vários Estados podem partilhar uma moeda sem custos excessivos de ajustamento. Pressupõe mobilidade dos fatores, integração dos mercados e mecanismos de compensação assimétrica.

2. Integração Monetária, Económica e Fiscal

A integração monetária traduz-se numa moeda e política monetária únicas; a económica na coordenação das políticas e funcionamento do mercado interno; a fiscal na existência de disciplina, coordenação orçamental e capacidade de estabilização comum, ainda incompleta na UE.

3. Papel Internacional do Euro

O euro é a segunda moeda internacional, utilizada como reserva, meio de pagamento e unidade de conta. O seu alcance é condicionado pela ausência de união fiscal plena e de um mercado financeiro totalmente integrado.

4. Independência do SEBC

O SEBC é independente no exercício das suas funções, não podendo solicitar nem receber instruções dos órgãos da UE ou dos Estados-Membros (art. 130.º TFUE). Esta independência visa assegurar a estabilidade de preços e a credibilidade da política monetária.

5. Euro Digital

Projeto de moeda digital de banco central emitida pelo BCE, complementar ao numerário. Destina-se a garantir soberania monetária, segurança nos pagamentos e adaptação à digitalização da economia.

II. De forma organizada e estruturada, introduza, caracterize, problematize e discuta criticamente um tema abrangido pelo Programa da Unidade Curricular, à sua escolha, a partir do seguinte quadro conceptual:

O excerto apresentado enquadra-se no debate contemporâneo sobre a estratégia de política monetária do Banco Central Europeu num contexto de incerteza estrutural, marcado por choques sucessivos, transformações geopolíticas e mudanças profundas no funcionamento da economia. O tema central é o modo como o BCE interpreta e operacionaliza o seu mandato primário de estabilidade de preços, consagrado no artigo 127.º do TFUE.

Em primeiro lugar, Lane sublinha a importância da credibilidade do banco central, associada a um compromisso simétrico com a meta de inflação de 2% no médio prazo. Esta simetria, introduzida na revisão estratégica do BCE de 2021, visa evitar tanto desvios persistentes acima como abaixo da meta, reforçando as expectativas de inflação e a confiança dos agentes económicos, especialmente após os choques inflacionistas de 2021-2022.

Em segundo lugar, o texto destaca a rejeição de regras monetárias rígidas, defendendo uma abordagem flexível e dependente do contexto. A resposta adequada a desvios da inflação depende da sua origem, magnitude e persistência, exigindo uma análise abrangente dos fatores subjacentes, incluindo choques de oferta, fatores estruturais e condições financeiras. Esta posição afasta-se de modelos mecanicistas e reforça o caráter discricionário, embora fundamentado, da política monetária do BCE.

Por fim, Lane enfatiza a necessidade de incorporar riscos, incerteza e cenários alternativos no processo decisório. A política monetária não deve basear-se apenas na trajetória mais provável da economia, mas também numa avaliação sistemática da distribuição dos riscos, recorrendo a análises de sensibilidade e cenários.

Criticamente, esta abordagem reforça a sofisticação técnica e a adaptabilidade do BCE, mas levanta desafios em termos de transparência, previsibilidade e controlo democrático, podendo aumentar a perceção de arbitrariedade. Ainda assim, num contexto de elevada incerteza e choques não lineares, a flexibilidade surge como condição necessária para a eficácia e credibilidade da política monetária da União Económica e Monetária.